

	Rendimento anual	2026	Rendimento anual	2025
Caixa e bancos - no Brasil		- 2.130		- 244
Aplicações financeiras: no Brasil:				
CDIs	100,00% CDI	6.436	100,00% CDI	15.128
Fundos de investimento (i)	101,94% CDI	142.999	103,34% CDI	18.026
Operações compromissadas	99,00% CDI	35.367	97,00% CDI	7.066
		184.802		40.220
Caixa e bancos - no exterior (moeda estrangeira - nota 30.a)		- 2		- 1
		186.934		40.465

(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos e liquidez diários. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 30.

	Rendimento anual	2026	Rendimento anual	2025
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras: no Brasil:				
Fundos de investimento (i)	101,03% CDI	86.782	101,02% CDI	12.898
Ativo não circulante		86.782		12.898
(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos diários e vencimentos superiores a 3 meses. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 30. 6. Contas a receber de clientes: O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:				

	Nota	2026	2025
Contas a receber - no Brasil (moeda nacional)			
- de clientes		106.588	138.063
- de partes relacionadas	10 (a)	53.840	8.320
		160.428	146.383

	2026	2025
Provisão para perdas de crédito esperadas:		
- de clientes	(580)	(546)
Ativo circulante	159.848	145.837
A Companhia não tem títulos cedidos como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes. A análise do vencimento das contas a receber de clientes é como segue:		

	2026	2025
A vencidos:	104.658	136.833
- até 30 dias	2.197	862
- de 31 a 60 dias	83	-
- de 61 a 90 dias	3.179	9
- de 91 a 180 dias	25.139	8.264
- de 181 a 360 dias	24.804	2
- acima de 360 dias	368	413
	55.770	9.550
	160.428	146.383

A provisão para perdas de crédito esperada foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que considerou o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, negociações em andamento com base na avaliação dos assessores jurídicos. A Companhia tem por procedimento realizar provisão complementar, baseada na perda apurada nos últimos dois exercícios em relação à receita operacional líquida. A provisão para perdas de crédito esperada é considerada suficiente pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação para os exercícios sociais findos em 31 de março de 2026 e 2025, estando assim demonstrada:

	2026	2025
Saldo no início do exercício	(546)	(2.332)
(Adições)	(80)	(254)
Baixa e reversões	46	2.040
Saldo no final do exercício	(580)	(546)
7. Estoques e adiantamentos a fornecedores:		
Produtos acabados - Etanol	2026	2025
Créditos de descarbonização - CBIOS (i)	40.187	22.611
Custos a apropriar do período de entrega (iv)	519	21.972
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção (v)	80.496	89.996
	28.406	30.162
Total em estoques	149.608	164.741
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar (i)	152.071	180.983
Adiantamentos - compra de insumos e outros (iii)	1.214	44.715
Total em adiantamentos a fornecedores	153.285	225.698
Ativo circulante		
Estoques	149.608	164.741
Adiantamentos a fornecedores	57.961	165.429
Ativo não circulante		
Adiantamentos a fornecedores	95.324	60.269

(i) RenovaBio - CBIOS: Em 31 de março de 2026, a Companhia possuía 24.494 CBIOS emitidos e ainda não comercializados (466.769 CBIOS, em 31 de março de 2025). A comercialização desses títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. A Companhia comercializou no exercício findo em 31 de março de 2026 o montante de 7.505 mil de CBIOS (34,7 mil, em 31 de março de 2025).

2025) com impacto de R\$ 26.139 (R\$ 2.577, em 31 de março de 2025) na receita bruta. (ii) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar estão relacionados aos contratos de fornecimento de cana-de-açúcar. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar (matéria-prima) desses parceiros. (iii) Referem-se substancialmente à adiantamentos realizados para a aquisição de óleo diesel para utilização nas safras. (iv) Referem-se a gastos com manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, que são apropriados no resultado da safra seguinte. Abaixo demonstramos as movimentações ocorridas no exercício:

	2026	2025
Saldo no início do exercício	89.996	86.120
(Adições)	104.937	102.101
Depreciação	(114.937)	(99.225)
	80.496	89.996

Saldo no final do exercício
(v) Os estoques do almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção, consideram a previsão de utilização e consumo segundo a projeção de plantio e moagem do próximo ciclo. Em 31 de março de 2026 e 2025, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e das provisões de estoques obsoletos e com giro lento. As movimentações das referidas perdas para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 estão demonstradas abaixo e foram reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica "Custo dos produtos vendidos":

	2026	2025
Saldo no início do exercício	(3.997)	(2.416)
(Adições)	(4.988)	(1.062)
Reversões	3.262	81
	(5.123)	(3.397)

A Companhia está atualmente em negociação com o objetivo de realizar a venda de seus estoques obsoletos e com giro lento de almoxarifado a uma *cleantech*. As provisões para perda desses estoques consideram os valores prováveis realizáveis que resultarão desta negociação. **8. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo, após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais seis safras. A mensuração do valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável ("ATR")) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um desses produtos; e (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola (passivos de arrendamento); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida a conta "custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar. Em 31 de março de 2026 e 2025, as principais premissas foram utilizadas na determinação valor justo, determinado pelo nível 3 da hierarquia de valor justo foram:

	2026	2025
Área total estimada de colheita (ha)	45.768	40.882
Produtividade prevista (ton/ha)	85,23	86,04
Quantidade de ATR por ton., de cana-de-açúcar (kg)	132,13	134,00
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,9709	1,0240

Em 31 de março de 2026, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 9,26% a.a. (9,92% a.a. em 31 de março de 2025). A redução da taxa de desconto impacta no aumento do valor justo dos ativos biológicos. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras.

a. Composição:	2026		2025	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ativo biológico (lavoura cana-de-açúcar)	192.241	(97.065)	95.176	98.068
Valor justo (lavoura cana-de-açúcar)	48.776	—	48.776	11.066

	2026	2025
b. Movimentação do ativo biológico:		
	Cana-de-açúcar	Cana-de-açúcar
Saldo inicial dos ativos biológicos	109.134	132.090
Aumentos decorrentes de tratos	94.173	98.067
Variação no valor justo	48.663	11.066
Reduções decorrentes da colheita	(108.018)	(132.089)
Saldo final dos ativos biológicos	143.952	109.134

c. Riscos regulatórios e ambientais: A Companhia é sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Administração estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos. **d. Risco de oferta e demanda:** A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada. **e. Riscos climáticos e outros:** Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar (principal fonte de matéria-prima para a produção de etanol, demais derivados de cana-de-açúcar e cogeração de energia elétrica), que requer um período de 12 a 18 meses para maturação e início da colheita, a qual ocorre entre os meses de abril e dezembro, gerando certas flutuações nos estoques e no suprimento desta matéria-prima por impactos de condições climáticas adversas. Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a Companhia está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região centro-oeste e sudeste do Brasil. O período de colheita anual de cana-de-açúcar nessas regiões do Brasil é chamado de safra e tem início em abril e maio e termina em novembro e dezembro. Isso cria flutuações nos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a abril), e um certo grau de sazonalidade no lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais das empresas desse setor. As contas de resultado ficam sujeitas à sazonalidade no primeiro trimestre do exercício social, período de início de moagem nas regiões centro-oeste e sudeste, quando o custo operacional por unidade produzida tende a ser maior devido ao baixo nível de sacos de cana-de-açúcar colhida neste período. Adicionalmente, devido à maior oferta de produtos durante a safra, é observado uma oscilação no preço das *commodities*, sendo que historicamente na entressafra (período sem moagem) os preços são superiores frente à média da safra. **f. Análise de sensibilidade do valor justo:** A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar; e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de custo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 44.133 (R\$ 21.885 em 31 de março de 2025). Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 16.910 (R\$ 15.106 em 31 de março de 2025).

	2026	2025
9. Tributos a recuperar:		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	228.960	154.689
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS")	20.772	23.846
Programa de integração social - ("PIS")	3.723	4.378
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	6.010	3.655
Instituto Nacional do Seguro Social - ("INSS")	903	973
Outros tributos a recuperar	249	241
	260.617	187.782
Ativo circulante	115.435	110.340
Ativo não circulante	145.182	77.442

Os tributos a recuperar foram classificados entre circulante e não circulante conforme melhor expectativa de realização desses tributos pela Administração, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos e ressarcimento dos mesmos em espécie, nos termos da legislação vigente. **10. Partes relacionadas:** **Operações com pessoal-chave da Administração: Remuneração de pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração. Nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 não foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (incluindo, salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos), sendo essa remuneração realizada a nível de grupo, na parte relacionada da Companhia, Brenco.

Os quadros abaixo apresentam um sumário das informações financeiras das coligadas:

Empresa	Participação	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Resultado com equivalência patrimonial
	%	2026	2025	2026	2025	2026
Biometano (i)	76,58	104.713	35.068	8.978	95.735	34.853
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (ii)	0,08	1.715.097	1.445.163	428.004	318.994	1.287.093
		1.819.810	1.480.231	436.982	319.209	1.382.828

(i) No decorrer da safra 25/26 a Companhia realizou novos aportes na controlada Biometano, aumentando a sua participação para 76,55% (67%,00 em 31 de março de 2025).

(ii) Conforme o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial. **12. Imobilizado:** O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados. Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, de seis a oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

a. Composição:	Depreciação		2026	2025
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos e instalações industriais	718.204	(383.638)	334.566	295.019
Edifícios e benfeitorias	300.892	(144.393)	156.499	155.636
Planta portadora	488.438	(102.576)	385.862	368.025
Planta portadora em formação	43.492	—	43.492	48.819
Máquinas e equipamentos agrícolas	178.498	(93.993)	84.505	45.056
Benfeitorias em imóveis de terceiros	36.117	(24.558)	11.559	13.768
Terras	2.883	—	2.883	2.883
Móveis e utensílios	22.900	(16.919)	5.981	5.095
Veículos	92.500	(16.896)	75.604	12.681
Equipamentos de informática	11.328	(7.486)	3.842	3.267
Imobilizado em andamento	93.355	—	93.355	136.413

Movimentação do imobilizado:						
	2025	Adições	Baixas	Transfe- rências (iii)	Depre- ciação	2026
Equipamentos e instalações industriais	295.019	-	-	75.017	(35.470)	334.566
Edifícios e benfeitorias	155.636	-	-	13.839	(12.976)	156.499
Planta portadora	368.025	26.008	-	94.405	(102.576)	385.862
Planta portadora em formação	48.819	89.079	-	(94.406)	-	43.492
Máquinas e equipamentos agrícolas	45.056	-	-	49.062	(9.613)	84.505
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13.768	-	-	-	(2.209)	11.559
Terras	2.883	-	-	-	-	2.883
Móveis e utensílios	5.095	-	-	1.735	(849)	5.981
Veículos	12.681	-	-	64.372	(1.444)	75.604
Equipamentos de informática	3.267	-	-	1.019	(449)	3.842
Imobilizado em andamento (ii)	136.413	162.473	-	(205.531)	-	93.355
	1.086.662	277.560	-	(488)	(165.586)	1.198.148
	2024	Adições	Baixas (i)	Transfe- rências (iii)	Depre- ciação	2025
Equipamentos e instalações industriais	308.923	187	(21.130)	43.705	(36.666)	295.019
Edifícios e benfeitorias	165.409	-	-	3.919	(13.692)	155.636
Planta portadora	348.287	-	-	119.575	(99.837)	368.025
Planta portadora em formação	60.836	107.558	-	(119.575)	-	48.819
Máquinas e equipamentos agrícolas	80.084	-	(36.641)	11.591	(9.978)	45.056
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15.977	-	-	-	(2.209)	13.768
Terras	2.883	-	-	-	-	2.883
Móveis e utensílios	4.449	-	-	1.529	(883)	5.095
Veículos	8.618	-	-	5.672	(1.609)	12.681
Equipamentos de informática	2.060	-	-	1.462	(255)	3.267
Imobilizado em andamento (ii)	60.277	144.531	-	(68.395)	-	136.413
	1.057.803	252.276	(57.771)	(517)	(165.129)	1.086.662

na taxa de desconto e na margem LAJIDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os impactos dos impactos de redução/aumento no valor recuperável das UGCs. Com base nas sensibilidade efetuadas, as seguintes reduções das margens LAJIDA ou aumento das taxas de desconto seriam necessárias para que o valor em uso igualasse o valor contábil da Companhia:

Mudanças requeridas no carrying amount para igualar ao montante recuperável				
Taxas de desconto			15,6%	
Margem LAJIDA			27,0%	
14. Direito de uso e passivos de arrendamento: Em 31 de março de 2026 e 2025, os saldos atribuídos aos direitos de uso são representados por:				
a. Direito de uso:				
	2026	2025		
Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Parcerias agrícolas	627.419	(178.498)	448.921	393.221
Terras	8.623	(7.035)	1.618	127.351
Máquinas e equipamentos	78.695	(54.592)	24.093	37.184
Veículos	4.062	(2.976)	1.086	1.220
	718.789	(243.071)	475.718	558.976

A movimentação do direito de uso durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias		Máquinas e equipamentos		
	agrícolas	Terras	agrícolas	Veículos	Total
Saldos em 1º de abril de 2024	395.657	154.136	50.381	336	600.510
Adições por novos contratos e remensurações (i)	144.791	(4.723)	(2.221)	3.421	141.268
Baixas	(85.098)	—	(31)	(336)	(85.465)
Depreciação	(62.129)	(22.062)	(10.945)	(2.201)	(97.337)
Saldos em 31 de março de 2025	393.221	127.351	37.184	1.220	558.976
Adições por novos contratos e remensurações (i)	197.007	(22.929)	(2.937)	2.428	173.569
Baixas	(75.800)	(83.564)	—	—	(159.364)
Depreciação	(65.507)	(19.240)	(10.154)	(2.562)	(97.463)
Saldos em 31 de março de 2026	448.921	1.618	24.093	1.086	475.718

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contratos de arrendamento de parceria agrícola. **b. Passivo de arrendamento:** Em 31 de março 2026 e 2025, os passivos de arrendamento são representados por:

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contratos de arrendamento de parceria agrícola. b. Passivo de arrendamento: Em 31 de março de 2026 e 2025, os passivos de arrendamento são representados por:

	2026	2025		
Custo	Ajuste a valor presente	Líquido	Líquido	
Parcerias agrícolas	782.505	(297.987)	484.518	419.704
Terras	2.036	(137)	1.899	136.455
Máquinas e equipamentos	37.829	(4.548)	33.281	46.299
Veículos	1.141	(38)	1.103	1.304
Imóveis	—	—	—	—
	823.511	(302.710)	520.801	603.762
Passivo circulante			81.769	79.737
Passivo não circulante			439.032	524.025

A movimentação dos passivos de arrendamento durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias		Máquinas e equipamentos		
	agrícolas	Terras	agrícolas	Veículos	Total
Saldos em 1º de abril de 2024	417.207	156.662	58.046	429	632.344
Adições por novos contratos e renemunerações (i)	144.791	(4.723)	(2.221)	3.421	141.268
Amortização de principal	(49.464)	(15.484)	(9.455)	(2.117)	(76.520)
Amortização de juros	(47.965)	(20.238)	(5.248)	(275)	(73.726)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	40.233	20.238	5.208	182	65.861
Baixas	(85.098)	-	(31)	(336)	(85.465)
Saldos em 31 de março de 2025	419.704	136.455	46.299	1.304	603.762
Adições por novos contratos e renemunerações (i)	197.007	(22.929)	(2.937)	2.428	173.569
Amortização de principal	(56.479)	(17.596)	(10.081)	(2.629)	(86.785)
Amortização de juros	(48.766)	(16.551)	(6.568)	(423)	(72.308)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	48.852	6.084	6.568	423	61.927
Baixas	(75.800)	(83.564)	-	-	(159.364)
Saldos em 31 de março de 2026	484.518	1.899	33.281	1.103	520.801

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contratos de arrendamento de parceria agrícola. Os saldos a pagar (juros futuros inclusos) tem a seguinte composição de vencimento:

	2026	2025		
1º ano	81.769	79.737		
2º ano	86.743	80.836		
3º ano	81.560	81.151		
4º ano	65.305	82.008		
5º ano	67.550	61.507		
A partir do 6º ano	137.874	218.523		
	520.801	603.762		

	Nota	2026	2025		
15. Fornecedores:					
Fornecedores - no Brasil:					
- materiais, serviços, investimentos e outros		86.510	55.444		
- cana-de-açúcar e parcerias agrícolas		39.214	9.356		
- produtos acabados		—	332		
- PRJ		54	59		
- partes relacionadas	10 (a)	307	696		
		126.085	65.887		

Passivo circulante		126.031	65.828		
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹		44	59		

Passivo não circulante		10	—		
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹		—	—		

¹Créditos inseridos no Plano de Recuperação Judicial, o que fora encerrado em 15 de setembro de 2023, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os saldos remanescentes, conforme aditamento do PRJ homologado em 19 de setembro de 2023, possuem as mesmas condições previstas para os créditos financeiros da Tranche A, tendo como indexador para sua atualização CDI (100%), e vencimento final previsto para 20 de dezembro de 2042. A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgada na nota explicativa 30. 16. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são demonstrados líquidos dos custos incorridos na transação.

Modalidade e classificação	Encargos anuais vigentes	2026	2025		
de acordo com o PRJ	Nota	Taxa	Indexador	Moeda	Vencimento
Finem	(a)				
Extraconcursal aderente	0% 100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	453.663	384.995	
Garantia Real	0% 100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	45.323	38.463	
Quirografário	0% 100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	102.650	87.113	
(-) Crédito aditivo PRJ	0% 100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(52.446)	(67.454)	2042
			549.190	443.117	
Crédito Agroindustrial	(b)				
Garantia Real	0% 100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	23.102	19.606	
(-) Crédito aditivo PRJ	0% 100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(2.014)	(2.590)	2042
Não submetidos ao PRJ	9,38%	—	860	2.580	2026
			21.948	19.596	
Capital de giro	(c)				
Quirografário	0% 100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	13.320	11.304	
(-) Crédito aditivo PRJ	0% 100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(1.161)	(1.493)	2042
			12.159	9.811	
Finame	(d)				
Extraconcursal aderente	0% 100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	21.537	18.318	
(-) Crédito aditivo PRJ	0% 100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(2.111)	(2.644)	2042
Não submetidos ao PRJ	9,68%	—	—	390	2025
			19.426	16.064	
Prerenova	(e)				
Quirografário	0% 100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	21.566	18.302	
(-) Crédito aditivo PRJ	0% 100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(1.880)	(2.418)	2042
			19.686	15.884	
			622.409	504.472	

Passivo circulante		860	2.139		
Empréstimos e financiamentos		—	831		
Passivo não circulante		621.549	501.502		
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ		—	—		
CDJ: Certificado de Depósito Interbancário		—	—		
PRJ: Plano de Recuperação Judicial		—	—		

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 30. ¹ Conforme nota explicativa nº 1, em 15 de setembro de 2023 o juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo proferiu decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial. O juiz também homologou o aditamento ao plano de recuperação do Grupo Ativos, iniciado em maio de 2019, o qual foi publicado no Diário da Justiça no dia 20 de setembro de 2023. O referido aditamento alterou toda a estrutura de pagamentos dos créditos da Tranche A, alongando o prazo para pagamento de dezembro de 2034 para 2042, e reduzindo os juros originalmente determinados em 115% CDI para 100% do CDI, além de outras alterações qualitativas relevantes, como: (i) a capitalização integral de juros ao principal até 31 de dezembro de 2025; (ii) amortizações trimestrais de juros, limitadas a 6% ao ano, sendo o saldo superior capitalizado ao principal, com projeção de liquidação na última parcela do plano; (iii) amortizações de principal com pagamentos trimestrais a partir de 20 de março de 2026, sendo 0,75% nos primeiros 6 anos e aumentando gradativamente o percentual de liquidação até a última parcela, considerando o saldo teórico; (iv) criação do saldo teórico, o qual considerará o saldo inicial do plano somado ao valor de juros capitalizados até 31 de dezembro de 2025, sem abater os valores já pagos nos planos (antigo e/ou atual), tendo assim o valor-base para cálculo dos percentuais de principal a partir, até o final do plano; (v) as parcelas liquidadas (Tranche A) do plano original, serão utilizadas como créditos para aquisições das melhores parcelas do novo plano, projetando desdobro de caixa somente a partir de março de 2027; e (vi) previsão de amortizações extraordinárias, as quais serão apuradas no encerramento do exercício social da Companhia, iniciando a partir de 31 de março de 2024, e pago até 30 dias após emissão das demonstrações financeiras ou final do mês de julho do respectivo ano, dos dois o menor, sendo o valor abatido das últimas parcelas previstas nos termos do referido aditivo. Com a extinção das referidas obrigações, conforme determina o CPC 48 - Instrumentos financeiros, foram recalculados para o resultado financeiro os custos de transação não amortizados correspondentes à dívida extinta, somando R\$5.332. A nova dívida foi inicialmente registrada a valor justo, tendo sido apurado um haircut de R\$3.081, reflexo da mudança da taxa de juros apurada da data do pedido de recuperação judicial até a data de modificação, e um ganho de valor justo de R\$244.046, considerando o método de fluxo de caixa descontado. A taxa de desconto considerada como mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi estimada adicionando à taxa básica de juros o risco de crédito obtido da análise de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante à qual a Companhia possuía após a saída da recuperação judicial e homologação do aditivo do PRJ em 19 de setembro de 2023. A metodologia da estimativa de valor justo foi de nível 2. ² As modalidades acima mencionadas referem-se às das operações originalmente realizadas. Após inclusão dos referidos créditos ao QGC (Quadro Gerado de Credores) do PRJ, todas as operações passam a ter as características e classificações descritas no referido Plano. (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola. (b) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio. (c) Linhas de crédito contratadas para financiamento de capital de giro. (d) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas. (e) Linha de repasse de recursos do BNDES, com a finalidade de financiar a implantação e renovação de novos canais. Na tabela a seguir é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício

	2026	2025		
Saldo no início do exercício	504.472	420.800		
Captação de empréstimos e financiamentos	—	—		
Amortização de principal	(2.043)	(2.423)		
Amortização de juros	(211)	(437)		
Juros, variação cambial e monetária, líquidas	107.524	73.865		
Amortização valor justo Tranche A	12.667	12.667		
Saldo no final do exercício	622.409	504.472		

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento (desconsidera efeitos do valor justo):

	2026	2025		
2º ano	25.006	6.277		
3º ano	25.006	21.784		
4º ano	25.006	21.784		
5º ano	25.006	21.784		
6º ano	27.090	21.784		
7º ano	33.341	23.600		
A partir do 8º ano	673.073	609.966		
	833.528	726.979		

Valor justo dos empréstimos: Em 31 de março de 2026, o valor justo dos empréstimos e financiamentos, é de R\$ 587.541 (R\$421.544, em 31 de março de 2025) e os saldos contábeis que totalizam R\$ 622.409 (R\$504.472, em 31 de março de 2025). Garantias: Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avulsos, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens, conforme divulgado na nota explicativa nº 12. Covenants: Em 31 de março de 2026 e 2025 a Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras.

	2026	2025		
17. Salários e encargos:				
Provisão de participação nos lucros e resultados	5.656	6.346		
Provisão de férias e encargos	9.112	8.859		
Provisão de 13º salário e encargos	1.802	1.594		
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS")	1.164	516		
Salários a pagar	41	2		
Outros	2	—		
	17.777	17.317		

	2026	2025		
18. Tributos a recolher:				
Instituto Nacional de Seguro Social - ("INSS")	8.626	4.313		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ("ICMS")	154	2		
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - ("COFINS")	9.318	5.166		
Programa de Integração Social - ("PIS")	2.076	1.121		
Imposto de Renda Retido na Fonte - ("IRRF")	305	556		
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB")	4.811	3.989		
Demaís tributos a recolher	1.056	424		
	26.348	15.717		

Passivo circulante		15.438	7.460		
Passivo não circulante (i)		10.908	8.111		

(i) Os tributos a recolher classificados no passivo não circulante tem exigibilidade suspensa, decorrente de

processos judiciais onde há a concessão de medida liminar, tutela antecipada, depósito judicial ou sentença proferida que afasta a exigência da cobrança de crédito tributário, assim como na esfera administrativa a qual possui defesa ou recurso ainda com julgamento pendente, situações em consonância com o previsto pelo art. Nº 151, do CTN. 19. Adiantamentos de clientes: Em 31 de março de 2026 e 2025, os montantes registrados no passivo circulante, se referem, substancialmente, a adiantamentos para entrega futura de etanol, energia e cana-de-açúcar. Quando aplicável, os saldos de contas a receber e adiantamentos de clientes são apresentados pelo valor líquido.

Adiantamentos de clientes - no Brasil:

	2026	2025		
Mercado interno - clientes	29.444	3.828		
Passivo circulante	29.444	3.828		
20. Patrimônio líquido: A Capital social: Em 31 de março de 2026 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 1.124.380 (R\$1.100.930, em 31 de março de 2025), dividido em 23.459.888 ações ordinárias nominativas (9.886, em 31 de março de 2025), sem valor nominal, todas de propriedade da controladora direta da Companhia, Ativos Agroindustrial Participações S.A. Em 27 de março de 2025 a controladora da Companhia realizou Adiantamento para Futuro Aumento de Capital totalizando R\$ 23.450. Em 30 de maio de 2025, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, a qual o referido aumento foi efetivado pela Companhia, com a emissão de 23.450.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1.00. b. Ajuste de avaliação patrimonial: Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitarão pelo resultado do exercício. O impacto destes valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. Em 31 de março de 2026 e 2025, correspondem basicamente aos efeitos de aplicação do hedge accounting (Nota explicativa nº 30). c. Reserva legal: Reserva legal - calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404/76, quando aplicável. d. Destinação do resultado: De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurado o pagamento dos dividendos mínimos, não inferiores a 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal. Contudo, conforme cláusula 10.5 do Aditamento ao PRJ, a Companhia somente poderá distribuir dividendos a partir de 2027. Adicionalmente, a Companhia avalia os impactos e a necessidade de constituição de reservas de incentivos fiscais na medida em que a Companhia venha a apurar lucro contábil. e. Resultado por ação: De acordo com o CPC 41 - Resultado por ação, a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:				
	2026	2025		
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	189.803	92.203		
Média ponderada de ações em circulação (milhares)	19.605	10		
Lucro básico e diluído por ação - em Reais	9.68	9.220,30		

21. Planos de previdência privada: A Companhia mantém convênio de adesão com a VEXTY, entidade fechada de previdência privada, instituída pela antiga controladora, Novonor, constituindo-se suas patrocinadoras conveniadas. A VEXTY proporciona aos seus participantes, um plano de contribuição definida, pelo qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da VEXTY estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes, que somam 456 integrantes em 31 de março de 2026 (463 integrantes, em 31 de março de 2025). Em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2026 somaram R\$ 969 (R\$ 988, em 31 de março de 2025) e dos participantes R\$ 2.067 (R\$ 2.107, em 31 de março de 2025). Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração da Companhia avaliou como não aplicável a adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. 22. Imposto de renda e contribuição social: a. Composição dos saldos:

	2026	2025		
Imposto de renda	Contribuição social			
Prejuízos fiscais e bases negativas (i)	1.052.577	1.029.956	1.023.789	1.003.515
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	6.924	5.411	6.924	5.411
Variação do valor justo de CBIOS	1	3.945	1	3.945
Provisão para participação nos lucros e resultados	5.656	6.346	5.656	6.346
Passivos de arrendamento	520.800	603.762	520.800	603.762
Provisão para perdas por redução ao valor realizável dos estoques	579	546	579	546
Provisões diversas (iii)	5.123	3.397	5.123	3.397
Total base de créditos	414	239	414	239
Crédito tributário registrado (i)	1.592.074	1.653.602	1.563.286	1.627.161
Crédito tributário não registrado (i)	165.532	183.967	59.591	66.228
Débitos	232.487	229.434	81.104	80.216

	2026	2025		
Diferenças temporárias:				
Depreciação Acelerada Incentivada (ii)	(357.483)	(350.634)	(357.483)	(350.634)
Amortização de ágio	(3.802)	(3.802)	(3.802)	(3.802)
Variação do valor justo do ativo biológico	(48.776)	(11.066)	(48.776)	(11.066)
Direito de uso	(475.718)	(558.976)	(475.718)	(558.976)
Valor justo Tranche A - Aditivo PRJ - Nota 16	(211.978)	(224.646)	(211.978)	(224.646)
Valor justo de aplicações financeiras	(17)	(4)	(17)	(4)

Instrumento	Fator de risco	Exposição	Cenário provável	
			Valor	Taxa
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	US\$	2	5,4500	—
Impacto adicional no resultado do exercício				
O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças das taxas de juros:				
Instrumento	Fator de risco	Exposição	Cenário provável	
			Valor	%
Aplicações financeiras - Nota 5(a)	100% CDI	184.802	10,50%	19.404
Aplicações financeiras - Nota 5(b)	100% CDI	86.782	10,50%	9.112
Empréstimos e financiamentos	100% CDI	(681.161)	10,50%	(71.522)
Resultado financeiro líquido (estimado)			(43.006)	
30.2 Risco de crédito: A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do rating da instituição financeira.				
			2026	2025
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)			2.132	245
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)			184.802	40.220
Aplicações financeiras			86.782	12.898
Contas a receber de clientes			159.848	145.837
Outros créditos, exceto pagamentos antecipados			3.851	5.637
			437.415	204.837
Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado. 30.3 Risco de liquidez: O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo. O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado. Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.				
</				

30.4 Gestão de capital: O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento do índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A Companhia monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem (leverage), representado pelo capital de terceiros dividido pelo capital próprio. O capital de terceiros, que compreende a dívida líquida (net debt) da Companhia, é calculado considerando o total dos empréstimos e financiamentos com o mercado (líquidos de custo de transação), reduzido de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações e títulos mantidos como garantia para itens de endividamento e dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção do endividamento. O capital não é administrado no nível individual da Companhia, somente ao nível consolidado do Grupo Ativos. 30.5 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: a. Classificação: A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:						
		Classificação		2026	2025	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)		Custo amortizado		2.132	245	
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)		Valor justo por meio do resultado		184.802	40.220	
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado		86.782	12.898	
Contas a receber de clientes		Custo amortizado		159.848	145.837	
Depósitos judiciais		Custo amortizado		9.048	11.079	
Partes relacionadas		Custo amortizado		155	511	
Outros créditos, exceto pagamentos antecipados		Custo amortizado		3.851	5.637	
Total dos ativos				446.618	216.427	
Passivos financeiros						
Fornecedores		Outros passivos financeiros		126.085	65.887	
Empréstimos e financiamentos		Outros passivos financeiros		622.409	504.472	
Passivos de arrendamento		Outros passivos financeiros		520.801	603.762	
Partes relacionadas		Outros passivos financeiros		6.449	14.434	
Adiantamentos de clientes		Outros passivos financeiros		29.444	3.828	
Outros débitos		Outros passivos financeiros		97	97	
Total dos passivos				1.305.285	1.192.480	
A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. b. Valor justo: A tabela a seguir apresenta os níveis na hierarquia do valor justo dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo. O Contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como mantidos para venda, não estão incluídos na tabela abaixo, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.						
		2026			2025	
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)		—	184.802	—	—	40.220
Aplicações financeiras		—	86.782	—	—	12.898
		—	271.584	—	—	53.118
Passivo						
Empréstimos e financiamentos		—	587.541	—	—	421.544
		—	587.541	—	—	421.544
(i) O valor justo dos empréstimos classificados no circulante se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa efetiva de cada operação contratada e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo. Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3. Mensuração do valor justo: O valor justo de ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes que desejam negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a						

Julio Enrique Varela Gubitosi - CFO

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de garantia, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base

<

Diretoria		Bruno Pessoa Serapião - CEO		Julio Enrique Varela Gubitosi - CFO		Contadora		Amanda Moyses Miranda - CRC/SP nº 342 440/O-3	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras									
Aos Administradores e Acionistas da Ativos Bioenergia Santa Luzia S.A. Nova Alvorada do Sul - MS.									
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Ativos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ativos Bioenergia Santa Luzia S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.									
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.									
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.									
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:									
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.									
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.									
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.									
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.									
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.									
• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.									
Ribeirão Preto, 26 de junho de 2026									
									
KPMG Auditores Independentes Ltda.									
CRC 2SP-027666/O-5 F SP									
Marcos Roberto Bassi									
Contador - CRC 1SP217348/O-5									